

Morar no patrimônio como direito à cidade e à memória

Beatrice Perracini Padovan

Orientador: Prof. Ms. Pedro Beresin Schedler Ferreira (Escola da Cidade).

Pesquisa: Iniciação Científica, Escola da Cidade, 2018.

Este artigo é resultado de uma pesquisa de iniciação científica que teve como objeto o estudo de caso do Plano Piloto de Olinda, experiência pioneira e experimental do Programa de Revitalização dos Núcleos Históricos (PRNH), articulação federal entre a Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e o Banco Nacional de Habitação (BNH). Este programa, implantado na cidade de Olinda (PE) entre 1984 e 1989, é relevante para esta pesquisa por ter como premissa a consolidação da população residente no núcleo histórico através de uma gestão participativa e integrada. Pouco difundida na história das políticas de patrimônio e habitação social no Brasil,

a experiência de Olinda emplacou uma outra forma de atuação, a partir da melhoria das condições de qualidade de vida nas cidades tombadas. Procurou garantir, através de um programa de política habitacional, a assistência, transformação e qualificação de assentamentos para uma população de baixa renda. Esta visão de gestão do patrimônio cultural propõe uma ação holística que tem como base a garantia de lugares de pertencimento simbólico e de vivência cotidiana nas cidades de interesse patrimonial, atuando concretamente no território e no patrimônio edificado através de ferramentas de planejamento urbano.

Palavras-chave: patrimônio cultural; habitação social; gestão participativa.

Living in heritage as a right to the city and memory

This article is the result of a undergraduate research that had as its case study Olinda Pilot Plan, a pioneering and experimental experience of the Historical Centers Revitalization Program (PRNH). The program was a federal liaison between the Secretariat of Historical and Artistic Heritage (SPHAN) and the National Bank of Housing (BNH) and took place in the city of Olinda (PE) between 1984 and 1989. It is relevant for this research that the PRNH had as its premise consolidating the resident population in the historical nucleus through participatory and integrated management. Despite not having been widely disseminated in the history of the policies of heritage and social housing in Brazil, the Olinda's experience emphasized another form of action by improving life quality conditions in the cities listed as cultural heritage. The housing policy program sought to ensure assistance, transformation, and qualification of settlements for a low-income population. This vision of cultural heritage management proposes a holistic action based on the guarantee of places of symbolic belonging and of daily living in the cities of historic interest. Moreover, it is interested in concrete action in the territory and in the built heritage through urban planning tools.

Keywords: cultural heritage; social housing; participatory management.

Vivir en el patrimonio como un derecho a la ciudad y a la memoria

Este artículo es resultado de una investigación de iniciación científica que tuvo como objeto el estudio de caso del *Plano Piloto de Olinda*, experiencia pionera y experimental del *Programa de Revitalização dos Núcleos Históricos* (PRNH), articulación federal entre la *Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (SPHAN) y el *Banco Nacional de Habitação* (BNH). Este programa, que se sucedió en la ciudad de Olinda (PE), entre 1984 y 1989, es relevante para esta investigación pues tuvo como premissa la consolidación de la población residente en el núcleo histórico a través de una gestión participativa e integrada. Poco difundida en la historia de las políticas de patrimonio y vivienda social en Brasil, la experiencia de Olinda empezó una otra forma de actuación, a partir de la mejora de las condiciones de calidad de vida en las ciudades. Trató de garantizar, a través de un programa de política habitacional, la asistencia, transformación y calificación de asentamientos para una población de bajos ingresos. Esta visión de la gestión del patrimonio cultural propone una acción holística que tiene como base la garantía de lugares de pertenencia simbólica y de vivencia cotidiana en las ciudades de interés patrimonial, actuando concretamente en el territorio y en el patrimonio edificado a través de herramientas de planificación urbana.

Palabras clave: patrimonio cultural; vivienda social; gestión participativa.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta uma parte dos resultados obtidos na pesquisa de iniciação científica realizada durante um ano através do edital do Conselho Científico da Escola da Cidade, intitulada “Morar no Patrimônio — Direito à cidade, cultura e memória: a gestão do patrimônio cultural no Plano-Piloto de Olinda (PE)”. A pesquisa se baseou na análise de documentos resultantes do Plano-Piloto do Programa de Revitalização dos Núcleos Históricos (PRNH), estruturado pelo acordo de cooperação técnica entre a Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e o Banco Nacional de Habitação (BNH). Este Programa, um desdobramento do Programa de Cidades Históricas (PCH), entre 1979 e 1989, procurava o desenvolvimento urbano de núcleos de interesse cultural através da garantia de vitalidade urbana pela fixação da comunidade nele residente (FCPSHO, 1984; CORREA, 2016).

Durante este ano de pesquisa constatou-se que há ainda pouca literatura acadêmica abordando o objeto escolhido como estudo de caso, sendo as principais Gusmão (2011), Bosi (1986) e Barreto (2008). Por isso, esta pesquisa procura investigar os processos de formulação e implementação desta experiência, ponderando sobre os desafios encontrados pelos técnicos e suas realizações. É resultado, principalmente, do levantamento e da análise de fontes primárias, como, por exemplo, os documentos decorrentes da implementação do Plano-Piloto na cidade de Olinda (PE), entre 1983 e 1989, disponíveis no Acervo Municipal Antonino Guimarães, e entrevistas com moradores e técnicos que dele participaram. Foram realizadas, em paralelo, leituras complementares que deram suporte a aspectos que conceituam e contextualizam o plano, como a estruturação do seu programa antecessor PCH e os debates em torno das narrativas do Patrimônio Cultural Urbano.

A multiplicidade de ações que envolveram a tal gestão em Olinda produziu, além de uma grande quantidade de material e de documentos para análise, diversas frentes e oportunidades de aprofundamento. A prerrogativa

da metodologia participativa e do entendimento da importância das populações residentes para a gestão motivou, inesperadamente, a inclusão de assentamentos irregulares no Plano, como onze favelas, que existiam dentro do primeiro perímetro tombado pelo SPHAN, existentes, em sua maioria, desde as décadas de 1950 e 1960 e que foram sistematicamente negadas como parte da representação de Olinda por gestões anteriores. Este artigo procura apresentar e analisar as intervenções nestas habitações, a partir da inclusão do olhar para outros tipos de ocupação do chamado “núcleo histórico” de Olinda na gestão integrada do Patrimônio Cultural. Para isso, serão apresentados os processos que envolveram a inserção destas “sub-habitações” no Plano-Piloto, lançando mão da perspectiva simbólica presente na narrativa do Patrimônio Cultural e dos documentos que revelam as práticas e metodologias desenvolvidas pelo próprio plano para garantir o direito de permanência destas populações.

O Plano-Piloto foi a única experiência concreta do PRNH¹, que planejava ser replicado em outras 48 cidades do país, mas que foi interrompido, inacabado, com a extinção dos órgãos envolvidos durante o período de redemocratização, no final dos anos 1980. Esta experiência, pouco difundida na história das políticas de patrimônio e habitação social no Brasil, fundamentou a presente pesquisa por ter como premissa a consolidação de uma população residente — em contrapartida a sua expulsão pela valorização financeira decorrente da “revitalização” do núcleo histórico — através de uma gestão participativa e integrada. Partindo da importância do morador para a gestão do Patrimônio Cultural, o Plano-Piloto de Olinda exerceu, na prática, o sentido do patrimônio inserido no conjunto urbano, valorizado e entendido não só por seus aspectos físicos e espaciais, mas por seu tecido social, econômico e político. Os relatórios, atas de assembleia e entrevistas com os arquitetos que participaram do Plano-Piloto mostraram a relevância da metodologia como dado primordial dos resultados obtidos. Para além do planejamento e escopo teórico envolvido no desenho desta política, seu caráter

abertamente experimental permitiu mudanças de direção e adaptações em face aos desafios encontrados. Este artigo procura mostrar como isto se deu.

As operações formuladas neste primeiro esboço do PRNH procuraram transpor as realizações do seu programa antecessor no SPHAN, o Programa de Cidades Históricas (PCH), que operou em inúmeras cidades do Nordeste na década de 1970. Apesar da grande contribuição do PCH para a perspectiva da inclusão do planejamento urbano e da descentralização das ações de preservação (AZEVEDO, 2016), orientado pela aposta no turismo como viabilidade econômica, o programa acabou resultando em atividades para a classes média e alta e ações pontuais para consumo estético dos centros (SANT'ANNA, 2004). No caso do Plano-Piloto de Olinda, foram desenvolvidas ações que não excluíram o turismo cultural como possibilidade de ativação econômica, mas que buscaram a manutenção e estímulo de novas atividades econômicas, políticas e culturais para melhoria da qualidade de vida de seus moradores e manutenção de sua composição social (PROPOSTA..., 1985, p.2). A gestão em Olinda se difere de seu antecessor principalmente pelo sentido da preservação dos núcleos de interesse cultural e artístico, porque entende que os centros urbanos não são só para os olhos. Sua vitalidade e multiplicidade são intrínsecas às populações residentes e suas práticas culturais.

Esta visão propõe uma ação holística que tem como base a garantia de lugares de pertencimento simbólico e de vivência cotidiana nas cidades de interesse patrimonial, procurando ir além da materialidade física, atuando concretamente no território e no patrimônio edificado através de ferramentas de planejamento urbano. Diferente da imagem dos "núcleos históricos" homogêneos, sem perspectiva de crescimento, longe dos grandes centros, com apenas intervenções pontuais em seus monumentos e uniformização estilística de seu casario, o Plano-Piloto garantiu, através de um programa de política habitacional, a assistência, transformação e qualificação de assentamentos para uma população de baixa renda. Foi peça fundamental das ações da Prefeitura o subsídio do BNH para planejamento urbano e habitação

social, através de uma carteira especial que operava a juros zero. A população de um a três salários mínimos correspondeu a 80% da população atendida pelo Programa (GUSMÃO, 2011, p.137).

2. A PERSPECTIVA DA CONSERVAÇÃO INTEGRADA

Na segunda metade do século XX, mais intensamente nos anos 1970 e, novamente, nos anos 1990, a preservação dos "núcleos históricos" e centros urbanos encontrou na possibilidade do turismo uma forma de viabilização financeira. Não só no Brasil como no resto do mundo, a utilização do patrimônio como forma de atração econômica através de ações de "espetacularização", entretenimento e lazer associado ao consumo (SANT'ANNA, 1995, p.167) acabou por trazer consequências à composição socioeconômica e à vida urbana destes lugares. Estas ações ligadas à ideia da "revitalização" estética resultaram, muitas vezes, na saída de moradores tradicionais pela valorização mercadológica e na inserção de atividades pouco ligadas às identidades culturais anteriores.

No cenário internacional, principalmente europeu, o turismo como forma hegemônica de gestão do patrimônio disputava espaço, na década de 1970, com o surgimento da conservação urbana integrada, realizadas pelas administrações municipais italianas e espanholas (NORMA; ZANCHETTI, 2012, p.19), que procuravam a recuperação de áreas através da sua estrutura física, econômica e social com a manutenção da população residente. A ampliação das fronteiras do patrimônio encontrava, na inclusão de novos objetos e metodologias de atuação, uma outra forma de se enxergar a gestão e o sentido da patrimonialização. Ela se conecta com uma forma de se pensar o patrimônio cultural como direito à cidade e representação de identidades e memórias de populações até então excluídas das narrativas. Neste sentido, durante o Congresso sobre Patrimônio Arquitetônico Europeu, em 1975, é formalizada esta nova visão na Declaração de Amsterdã e, concomitante a ela, o Manifesto de Amsterdã. Ambos os documentos apontam uma gestão com base em políticas integradas de planejamento e populações locais através de métodos participativos. Os moradores

passam a ser parte intrínseca do projeto de conservação, sendo essencial a manutenção da composição social dos conjuntos preservados. Como aponta Nascimento (2017, p.208), estas experiências não passaram despercebidas no debate nacional, havendo interlocução e contato de técnicos e intelectuais em alguns eventos ocorridos na década de 1970².

Os anos 1980 no Brasil são um momento de ampliação e mudanças nas relações de participação social, principalmente com a entrada de novos agentes na proteção do patrimônio cultural, experimentadas pela descentralização iniciada nos anos 1970 e pela fundação dos órgãos municipais de preservação. A associação do patrimônio com o planejamento urbano, pela inserção no tecido da cidade, junto com as reivindicações dos movimentos sociais no período de redemocratização no final da ditadura militar, criou espaço para uma outra forma de entendimento do campo, debatido por alguns agentes ligados à preservação em gestões municipais, o chamado patrimônio ambiental urbano. Segundo Meneses (2006, p.34), na perspectiva do conjunto ambiental e urbano, a "imagem mental da cidade" reunida em uma lista acumulativa de bens, é recomposta por objetos socialmente apropriados capazes de representar o universo simbólico da cidade de forma efetiva e cotidiana. O patrimônio como coisa viva que faz sentido para o grupo que dele se apropria, como representação da cultura das sociedades, sugere o sentido como parte das disputas nelas manifestas para o entendimento do direito à memória e qualidade de vida.

É a partir desta conceituação do patrimônio, experimentada por um período em gestões municipais em São Paulo (RODRIGUES; TOURINHO, 2016), que começa a se articular a estruturação do Programa de Recuperação e Revitalização de Núcleos Históricos (PRNH), iniciado em 1981, que resultaria na prática do Plano-Piloto de Olinda. Em ofício de 08 de março de 1979 é colocado que o Programa de Cidades Históricas "[...] evoluiu para se transformar no Projeto de Revitalização Urbana de Núcleos Históricos — PRNH" (CORREA, 2016, p.31). O PRNH vinha, num momento transitório do PCH, abarcar o financiamento de recuperação de imóveis privados pelo investimento em habitações de interesse social (GUSMÃO, 2011, p.92).

Na época de implementação do Plano-Piloto, Olinda construía sua visibilidade no cenário nacional e internacional como uma cidade de valor histórico e cultural por sua arquitetura, paisagem e práticas culturais. A valorização pleiteada e adquirida através dos órgãos de patrimônio cultural e sua elevação como patrimônio mundial pela Unesco em 1982, somada à difusão pelos veículos de mídia, construiu uma imagem simbólica de Olinda ainda presente no imaginário estético e turístico de uma parcela da cidade. Segundo Cifelli (2015, p.20), as medidas de proteção e valorização patrimonial procuram construir aspectos diferenciais de certas partes do território em relação ao todo. Estes aspectos estão comumente associados à ideia de beleza e suposta singularidade do patrimônio, através de sua dimensão material e simbólica. Estas características costumam contribuir para a evocação de um imaginário de "tempos regressos" que justificam a seleção diferenciada de certos territórios, através da confirmação material e imagética de uma narrativa.

No caso de Olinda, este imaginário está territorialmente relacionado ao que é apenas uma parte da cidade, a chamada "colina histórica" ou "cidade alta", descrita no primeiro tombamento do perímetro urbano realizado pelo SPHAN, em 1968, como "as 'ladeiras seiscentistas', morfologia urbana 'originária' do período colonial, casario fronteiriço à rua, com fundos de quintal densamente arborizados e vista para o mar" (NOTIFICAÇÃO..., 1968). A narrativa de "tempos regressos" procura construir a imagem de um Brasil Colônia rico e proeminente, muito comum aos primeiros tombamentos realizados pelo SPHAN, atrelados à ideia de uma identidade nacional (NASCIMENTO, 2017, p.185). Justamente por ter sido um dos poucos agrupamentos urbanos portugueses consolidados no litoral da colônia, reconhecido pela produção açucareira, sede da capitania de Pernambuco até a invasão holandesa em meados do século XVII, Olinda colabora para a construção imagética deste Brasil passado (RISÉRIO, 2013, p.59).

No entanto, esta valorização pressupõe uma construção em torno de Olinda que a reduz a imagens idealizadas, que não são as únicas possíveis. Como coloca Antonio Risério em "A cidade no Brasil", Olinda, erguida onde existiu uma aldeia indígena dos

Caetés, foi até meados do século XVI um povoado simples de casas rústicas de barro com cobertura de palha.

Em 1548, Hans Staden esteve em Olinda e Igarauçu [...] Uma povoação, aliás, de casas rústicas, já que o objetivo dos índios ao disparar flechas incendiárias, carregando mechas acesas de algodão embebido em cera, era “atear fogo ao teto das choças” no relato de Staden. Casebres de barro com cobertura de palha, portanto. Igualmente rústicas eram as casas de Olinda, à exceção da “torre” de Duarte Coelho [donatário da capitania de Pernambuco e fundador da vila] feita de pedra e cal, no centro do cimo da colina. Era esta vila o núcleo das transações de importação e exportação, **habitada por famílias algo fidalgas e colonos de variada origem social**, além de cristãos novos dedicados ao comércio e ao negócio de açúcar. (RISÉRIO, 2012, p.59, grifo nosso).

Nesse relato descrito por Risério (2012) fica claro um aspecto fundamental desta imagem idealizada. As seleções realizadas pelo SPHAN procuravam, até então, construir uma imagem homogeneizadora do Brasil, em que não configurava a complexidade das relações sociais que constroem os territórios. A referência visual do conjunto urbano, descrito no primeiro perímetro de tombamento de Olinda, não correspondia à totalidade da paisagem e do território que os técnicos que realizaram o Plano-Piloto encontraram após a primeira fase de atividades.

Mesmo após a exploração açucareira, com o enriquecimento da cidade, e a reconstrução após o incêndio holandês que destruiu boa parte da vila, o mesmo tipo de construção descrita por Staden pode ser encontrado em algumas das imagens de Olinda. Em um cartão postal de cerca de 1930, por exemplo, acessado pela autora, foi possível ver assentamentos de casas rústicas com cobertura de palha na encosta, em meio à vegetação e aos monumentos descritos no primeiro tombamento.

O que interessa neste olhar sobre os desdobramentos da construção do patrimônio cultural na cidade de Olinda é entender seu conjunto tombado como consequência das narrativas e

metodologias de atuação de agentes do Estado, cingidos por debates nacionais e internacionais e, de forma mais ampla, por conjunturas políticas e econômicas. Os processos que permeiam o campo de discussão e construção do patrimônio cultural não são lineares, existem inúmeras narrativas que buscam possíveis leituras e revisitam a história do patrimônio no Brasil.

Na carta que dá início ao pedido de tombamento de Olinda — redigida pelo arquiteto Augusto da Silva Telles da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Rio de Janeiro (DPHAN-RJ) ao arquiteto José Luiz Menezes da diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de Pernambuco (DPHAN-PE) — fica claro o reconhecimento de assentamentos “fora” das escolhas estéticas do Iphan nas ruas do “núcleo histórico”. Como aponta Barreto, para o arquiteto o caráter paisagístico e urbanístico do núcleo se sobrepunha ao caráter arquitetônico, pois “não há possibilidade em ser Olinda tombada como conjunto arquitetônico em sua totalidade. Está ela, muito deturpada” (2008, p.30). O técnico aponta imóveis de “construção recente” em torno das Igrejas do Rosário e do Monte no Bonsucesso. Na fig. 1, imagem feita durante o Plano-Piloto na primeira fase de implementação do projeto, em 1985-1986, aparecem circuladas ao lado da Igreja do Rosário construções classificadas como sub-habitações.

Paralelamente às reverberações do PCH, foi implementado, em 1973, o Plano de Desenvolvimento Integrado (PDLI)³, desenvolvido pela prefeitura de Olinda, que inaugurou uma participação direta do município na proteção do patrimônio. O plano previu, pela primeira vez, um zoneamento de todo o município, colocando o sítio histórico em uma categoria de preservação diferente das demais, ao mesmo tempo que estabeleceu regras de uso e ocupação do solo, alinhando preservação e criação de infraestrutura. Apesar de ampliar, em alguns aspectos, a visão do patrimônio para além do primeiro perímetro de tombamento, do ponto de vista dos critérios de intervenção, a Lei nº 3826/73 (do PDLI) se alinha à idealização de um preceito estético específico. Neste momento, a paisagem e o núcleo envoltório tomam corpo através do conceito de “valor ambiental”. Neste sentido, a lei previa a restauração arquitetônica



FIG. 1:

Largo da Igreja do Rosário.
Fonte: acervo pessoal do arquiteto André Pina.

ambiental de toda área envoltória à Zona de Preservação Rigorosa. Esta seria feita através da recomposição de volumetria e da fachada; da remoção de elementos inautênticos e substituição por elementos de desenho compatíveis com a época do prédio; da recomposição dos telhados primitivos, no que se refere ao material; da disposição de espaços e detalhes, com eliminação de terraços; e da remoção de mesandres, tanques e platibandas inautênticas (PEDIDO..., 1976). Como recomendação projetual para o incentivo turístico previa-se a "remoção das edificações recentes na subzona verde

de proteção rigorosa do Setor Histórico" (PMO, 1972 apud BARRETO, 2008, p.106).

Em 1972, mediante obras de restauração da Sé, com recursos do PCH, que previa a desapropriação e demolição de ocupações irregulares no local, tensões de moradores e artistas locais fizeram surgir movimentos contrários às formas que tomavam as ações de preservação na cidade. Os argumentos para as remoções alegavam a descaracterização do conjunto paisagístico "antigo" da cidade, o uso turístico da área e consonância com o PDLI de 1972 (BARRETO, 2008, p.105), além do processo de deslizamento de morros,

que já era um problema desde o começo do século XX. Alguns artigos de jornal apontam opiniões discordantes em relação a este projeto por parte de técnicos da prefeitura e moradores do entorno:

Sou a favor da restauração de Olinda, mas [...] acho errado esse projeto, [...] há o aspecto social: muita gente mora na Sé há mais de trinta anos e Olinda, para eles, tem um sentido amplo, faz parte de suas vidas.

Vão ser demolidas 130 casas no Alto da Sé em prol de uma paisagem, quando a paisagem já é deslumbrante. (OLINDA TRADICIONAL..., 1979 apud BARRETO, 2008, p.109).

Articulações realizadas pelos moradores evitaram a desapropriação destes imóveis. Alguns dos moradores mais tradicionais viam nos processos de valorização de Olinda consequências negativas para a cidade, se opondo principalmente aos novos moradores com maior poder aquisitivo, que expulsavam moradores tradicionais. Isto fica claro no depoimento do vereador João de Lima Neto:

Outro problema muito sério que vejo em Olinda é que uma parcela da burguesia recifense começou a descobrir que morar aqui dá status e partiu para comprar as casas mais antigas. Muitos proprietários não resistiram à tentação das ofertas e se desfizeram dos imóveis, trocando os velhos sobrados por casas da COHAB. **O que caracteriza Olinda não são apenas as edificações, mas as pessoas, que ligadas à sua vida cultural fazem o carnaval e as procissões. Essas pessoas, que são responsáveis pela forma peculiar que Olinda tem de se confraternizar, estão sendo expulsas pela especulação imobiliária.** (OLINDA TRADICIONAL..., 1979 apud BARRETO, 2008, p.105, grifo nosso).

Pode-se dizer que o Projeto-Piloto de Olinda é uma resposta a estas inquietações e aos desdobramentos das políticas anteriores, a partir de uma valorização que mantinha a população local ao mesmo tempo que olhava para o patrimônio pelo uso turístico não predatório.

3. COMO SE DEU O PLANO-PILOTO DE OLINDA

O Programa de Revitalização de Núcleos Históricos foi criado a partir do acordo entre o Ministério da Educação e Cultura e o Ministério do Interior (acordo Minter-MEC). Faziam parte deste acordo o Ministério da Educação e Cultura (MEC), a subsecretaria do Patrimônio Artístico e Nacional (SPHAN), a recém-criada Fundação Nacional Pró-memória, o Ministério do Interior (Minter), o Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Conselho de Desenvolvimento Urbano (CNDU).

O acordo Minter-MEC previa a cooperação técnica dos órgãos envolvidos que objetivavam "estudos e adaptação de normas técnicas e legais que ajustem as intervenções setoriais entre si, em função dos objetivos da preservação do Patrimônio Ambiental Urbano considerando aspectos de ordem cultural, histórica, arquitetônica e natural" (PLANO PRELIMINAR..., 1984, p.3). Devido ao caráter pioneiro do programa, ainda não estavam claros os aparatos técnicos e legais, bem como para os técnicos treinados para a prática de restauro não havia preparo para lidar com a complexidade das atividades propostas (BOSI, 1986, p.138). Portanto, se mostrou essencial num plano experimental o desenvolvimento de um Plano-Piloto que estabelecesse, na prática e na teoria, alguns parâmetros de execução do programa e o treinamento dos técnicos envolvidos.

Olinda foi escolhida para a implementação do Plano-Piloto⁴ pelo seu significativo patrimônio ambiental urbano e arquitetônico, características culturais e sociais da sua população e, principalmente, pela capacidade técnica e administrativa da Prefeitura Municipal que já atuava em interação com as associações de moradores. A população de baixa renda compunha 80% do total de moradores, enquanto os outros 20% eram compostos por uma população de média ou média-alta renda, como profissionais liberais, intelectuais e artistas.

Olinda foi a primeira e única experiência concreta do Programa de Revitalização de Núcleos Históricos (PRNH). Para a pesquisa, nos interessaram principalmente as questões que envolveram a execução do Plano-Piloto, sua estruturação e caráter experimental. Foram analisados os documentos referentes ao Plano

Preliminar desenvolvido em conjunto com representantes do SPHAN, BNH e CNDU (PLANO PRELIMINAR..., 1984), a Proposta de Execução da 1ª fase, (PROPOSTA..., 1985), os relatórios e atas do Painel de Debates, pesquisas socioeconômicas e fichas cadastrais dos imóveis atendidos pelo financiamento.

Considerando a metodologia participativa como pilar fundamental para a realização do PRNH, a primeira etapa de trabalho em Olinda foi a organização dos Painéis de Debates em março de 1985, levantando e compatibilizando as demandas da população, bem como as áreas de maior necessidade de intervenção. Estes grupos de debates realizaram relatórios e pareceres que foram analisados junto à comissão interórgãos, resultando em produtos parciais que influenciaram diretamente as ações do Programa. Neste sentido, esta metodologia permitia um processo denominado pelos técnicos de "auto condução e auto avaliação" do projeto.

A partir do documento "Painel de Debates — Participação da População", é possível identificar os principais aspectos e diretrizes tomados no início do programa como formas de diálogo com a população. Foi levantado como premissa para o debate "a possibilidade do projeto estar aberto para considerar problemas e soluções distintos dos originalmente previstos" (PAINEL..., 1985, p.1). Este ponto pode apontar para a consequente, não prevista, inclusão dos assentamentos irregulares para atendimento do projeto.

Este foi um primeiro momento de contato e discussão dos trabalhos, durante o qual os técnicos experimentaram a falta de credibilidade que a população depositava nas instituições envolvidas no programa. A partir de uma pesquisa socioeconômica, realizada pela socióloga integrante do corpo técnico do projeto, percebeu-se que, apesar das intenções e premissas de embasamento do desenvolvimento do projeto, o trabalho de divulgação junto às comunidades e a concretização dos serviços eram pontos fundamentais para a continuidade e efetividade do programa. Este comprometimento da gestão para com estas populações pode apontar para a inclusão das sub-habitações no programa e a abrangência da área de atuação para além da primeira área piloto, que

correspondia aos perímetros da Zona de Preservação Rigorosa.

Junto ao relatório do Painel de Debates está uma carta redigida pelo técnico da Fundação Pró-memória de Brasília-DF José Walter Nunes, intitulada "Algumas notas sobre a questão da participação da população no Projeto-Piloto de Olinda", com o objetivo de colocar para o Grupo de Trabalho pontos de partida para discussão do painel. Esta carta é esclarecedora, pois permite a compreensão tanto do horizonte profissional dos técnicos envolvidos, levando em conta todas as questões de classes sociais, quanto da participação da população como uma possibilidade de concretização de um projeto democrático, dentro da perspectiva de reabertura política em andamento naquele momento. Um aspecto relevante desta carta é o entendimento da sociedade civil com quem o plano pretendia dialogar, que apresenta uma perspectiva essencial para efetivação do que ele chama de um planejamento "antielitista". Quando se fala de sociedade civil ou comunidade a quem se destina a gestão, muitas vezes, se omite as importantes diferenças de classe. Como coloca o técnico, a "noção comunidade, como um grupo social homogêneo, é falsa e só serve para ocultar as relações de classe" (ALGUMAS..., 1985, p.2). Para ele, admitir as diferenças sociais, culturais e econômicas é uma forma de entender a própria postura dos técnicos e agentes do Estado, e incentivar pontos de convergência entre todos os segmentos para concretização das demandas. Esta perspectiva foi adotada pelo plano, uma vez que dentro do relatório de concretização da primeira fase estão divididas as demandas da população de acordo com sua perspectiva de renda (classe baixa, média e alta).

Ficou evidente que para as classes sociais de baixa renda, ou seja, de um a três salários mínimos, a primeira prioridade era habitação. Foram reconhecidas duas situações de assentamento com necessidades distintas. Um primeiro grupo populacional habitava de forma dispersa toda a "área histórica", em casarões que foram descritos pelos técnicos como sendo de significativo valor histórico-arquitetônico. Apesar de muitas vezes terem uma fachada em relativo estado de conservação, muitas apresentavam

situações estruturais graves, além de condições de conforto ambiental e instalações hidrossanitárias precárias. Já um outro grupo habitava as onze favelas e assentamentos dispersos pelo "núcleo histórico", vivendo no que foram chamadas de sub-habitações. Além dos aspectos de insalubridade e riscos estruturais das residências, esses moradores ocupavam áreas de grande risco ambiental de deslizamento e sem nenhum tipo de drenagem, esgotamento, abastecimento de água e pavimentação.

Tornou-se, então, um desafio a ser enfrentado pelo programa a formulação de uma proposta de financiamento que compatibilizasse essa nova ação, inédita para o BNH, com a realidade peculiar dessa população. As principais questões levantadas pelos profissionais foram a heterogeneidade dos serviços solicitados, principalmente o nível técnico de intervenção nas casas com diversidade de tipologias e material, sendo necessária uma avaliação caso a caso para levantamento de custos, do conflito existente entre a legislação vigente de proteção e a necessidade de melhorias nas habitações, e, principalmente, do nível econômico da população para linha de crédito junto ao BNH.

Na fig. 2 é possível observar a delimitação do território do Plano Piloto anterior ao processo participativo, portanto, após o Plano Preliminar desenvolvido pelos técnicos, o território é ampliado a partir das demandas demonstradas pela população. Na primeira área de abrangência do plano não constavam os assentamentos irregulares e habitações, que não correspondiam aos valores histórico-arquitetônicos de composição das ladeiras olindenses. A inclusão das sub-habitações acabou exigindo da gestão municipal o reconhecimento destas áreas como também integrantes do sítio histórico. Neste sentido, além do mapeamento e estudo, foi realizada a consolidação destes assentamentos por meio de instrumentos jurídicos, como regularização fundiária, e de infraestrutura urbana, como pavimentação de vias, iluminação etc.

No quarto relatório da proposta de implementação da primeira fase, referente ao processo de estruturação dos serviços de reparos após o cadastramento dos moradores, aparecem as primeiras considerações em relação às condições das habitações precárias. Além desses grandes

assentamentos, classificados como as "onze favelas dentro do núcleo tombado", os técnicos destacaram a presença de outras habitações espalhadas pelos fundos de lotes, interior de quadras, encostas e áreas foreiras.

Como estratégia, após um primeiro momento do Programa de Cadastro e Inventário de Imóveis, foram criados o Programa de Serviços de Reparos do Casario, o Programa de Aquisição e Legalização de Imóveis e, de forma complementar às diretrizes de formação técnica e desenvolvimento comunitário, o Programa de Apoio Tecnológico, que incluía a Obra-escola, Central de Material de Construção e o Núcleo de Conservação e Preservação do Casario (Erradicação e Controle do Cupim e Preservação de Madeiras). Todos esses programas formavam um sistema de atendimento ao morador e de prestações de orientações técnicas, de respaldo jurídico e oferta de linhas de financiamento.

Foi criado um sistema financeiro para realização dos contratos, que partia da análise caso a caso dos serviços requisitados. Neste sistema, os serviços eram classificados de acordo com Módulos de Serviços, que foram identificados a partir da tipologia habitacional existente, tipo de intervenção necessária e agrupamento conforme a capacidade média de endividamento da população. Desta forma, se uma casa tivesse necessidades de reformas muito extensas, o morador não financiava todas de uma vez. A divisão das obras em etapas possibilitaria um planejamento financeiro, garantindo a capacidade de pagamento de pequenos empréstimos. O sistema funcionava pelo baixo custo das obras realizadas devido ao barateamento de material, que era produzido pelos Núcleos Comunitários de Produção, e a possibilidade de permuta de serviços por mão de obra no caso de populações com renda insuficiente. Isto garantia que o programa não criasse uma população endividada e insolvente.

Neste sentido, os projetos eram os mais diversos, não podendo haver uma solução de planta padronizada, partindo, na maior parte das vezes, da situação existente. Este modelo suscita questões e apresenta uma outra perspectiva para políticas habitacionais e patrimoniais. Neste sistema, a realidade cultural e material daquela população é invariavelmente intrínseca ao projeto, uma vez que não se

■ ÁREA PILOTO PLANO PRELIMINAR (ANTES DA ADESÃO DA POPULAÇÃO) 0,23km²
▨ ÁREA PILOTO 1A FASE DE EXECUÇÃO DO PROJETO (COM ADESÃO DA POP) 15km²

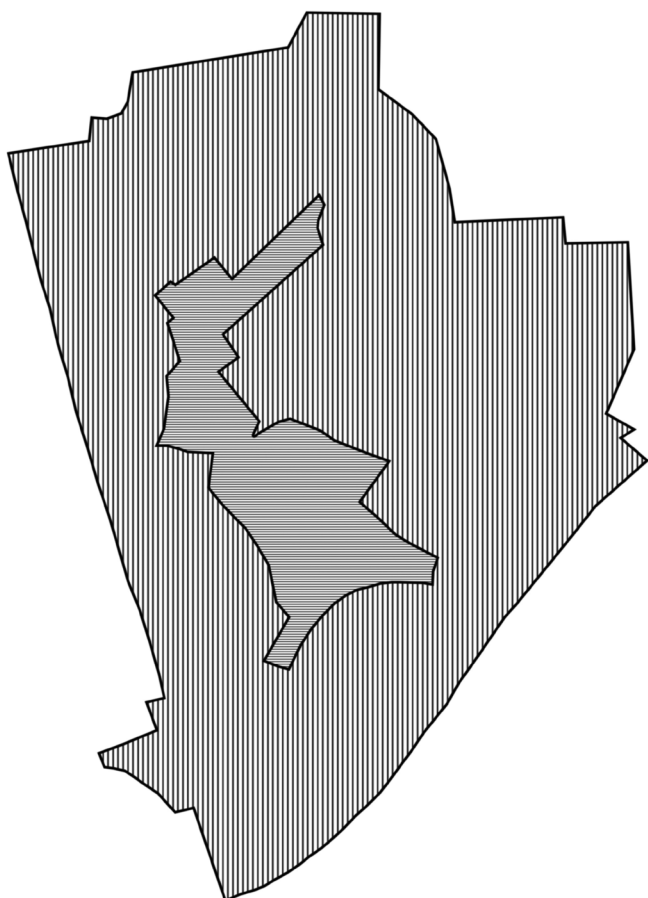


FIG. 2:

Mapa esquemático de Olinda indicando aumento do universo de trabalho entre o plano preliminar e a primeira fase de execução do Plano Piloto.

Fonte: PROPOSTA...,1985.

está construindo um novo assentamento, onde antes não havia ocupação, ou onde a ocupação anterior foi completamente removida. A inclusão destas habitações pelo plano possibilitou o reconhecimento, portanto, das técnicas construtivas dos mocambos. Inclui simbolicamente não só o território e sua população, como também suas formas de morar. Do ponto de vista urbano, há a melhoria das condições existentes e o respeito aos vínculos criados pela vizinhança. Já em relação à forma arquitetônica, não há imposição de uma linguagem e ordenamento espacial. Mesmo no projeto de reconstrução completa, o projeto arquitetônico parte de uma família específica que vai acompanhar a reforma da própria casa. Este tipo de situação denota uma formulação que projetos habitacionais padronizados sem a participação da comunidade a quem se destinam não conseguem cumprir. Isto, no

entanto, não significa que não possa haver soluções construtivas racionalizadas e pré-fabricadas, como no caso da experiência habitacional realizada em Recife para o Cajueiro Seco⁵. No caso do Projeto-Piloto de Olinda, os Núcleos Comunitários de Produção procuravam a racionalização e pesquisa tecnológica pela pré-fabricação dos elementos construtivos, o que garantiu o barateamento das obras.

Para viabilização do funcionamento do Programa de Serviços e Reparos ao Casario foram criadas ações dentro de um Programa de Apoio Tecnológico, que serviam para complementar o fornecimento de material e mão de obra, incluindo a valorização de saberes tradicionais dos mestres-artífices e a reutilização de material de demolição como forma de barateamento e reaproveitamento sustentável, assim como a inovação tecnológica de materiais por testes de fabricação.

4. AÇÕES APROXIMADAS

4.1. NÚCLEOS COMUNITÁRIOS DE PRODUÇÃO

Por uma perspectiva ainda pouco estudada na possibilidade de atuação em obras de restauração e melhorias habitacionais em núcleos construídos, houve no Plano-Piloto uma ação imbuída de novas experiências e perspectivas em voga no campo da arquitetura no Brasil e no mundo. Para garantir o baixo custo e a qualidade das instalações foi desenvolvido um sistema de fabricação local e *in loco*, que fazia parte de uma das diretrizes propostas pelo programa, os chamados Núcleo de Produção e Comercialização Comunitários (NÚCLEOS..., 1985). Este Núcleo de Produção consistia em um centro de prestação de serviços à comunidade pela produção e fabricação de elementos construtivos, que auxiliaram tanto nas obras de infraestrutura quanto nas das habitações. As experiências realizadas foram desenvolvidas pelos técnicos da FCP SHO, da Secretaria de Planejamento de Olinda e um Grupo de Projetos Especiais (GPE), financiadas pelo Departamento de Pesquisas Aplicadas do Banco Nacional de Habitação.

Os objetivos do Núcleo envolviam: a promoção das melhorias habitacionais em imóveis de valor patrimonial e sub-habitações; promoção de melhorias infraestruturais para as obras de esgotamento sanitário, viário e drenagem; promoção da recuperação dos investimentos realizados, possibilitando a expansão dos serviços, e ampliando a área de influência do Núcleo; promoção da formação e capacitação de mão-de-obra local para desenvolvimento de tecnologias apropriadas; e configuração do Núcleo como instrumento de ação referencial para outros núcleos históricos do país. Funcionava a partir de uma estrutura organizacional própria, desenvolvendo atividades de coordenação, planejamento, produção, aquisição, armazenamento e controle de materiais, comercialização, treinamento de mão-de-obra e pesquisa. Esta perspectiva de atuação pela produção e experimentação de elementos construtivos está alinhada a discussões de pré-fabricação que eram realizadas desde os anos 1960 em alguns círculos

da arquitetura no Brasil. Além das questões de barateamento de custos e aprimoramento da qualidade técnica dos sistemas empregados nas construções, havia a perspectiva de atuação a partir de práticas de mutirão, nas quais a população toma a construção dos conjuntos pela própria força laboral, partindo do princípio da autogestão da comunidade (INGLEZ, 2009, p.46). Esta prática foi realizada, por exemplo, em Cajueiro Seco, em Recife, nos anos 1960, e em experiências na periferia de São Paulo, a partir do final dos anos 1980. Uma das facetas dos mutirões é a situação de baixíssima capacidade financeira das populações participantes. Além do mais, a construção das habitações e equipamentos públicos é garantida pela própria força de trabalho.

No caso do Projeto-Piloto de Olinda, esta perspectiva foi de alguma forma incorporada em duas situações. A primeira, apresentada anteriormente, possibilitava o financiamento apenas dos materiais, e o morador garantia a construção e reforma da sua habitação com recursos próprios, orientada em projeto pela prefeitura. Neste sentido, era possível tanto a autoconstrução quanto a contratação de mão-de-obra particular. A segunda foi dentro dos Núcleos de Produção Comunitários, onde se previa a possibilidade de permuta de serviços entre a comunidade e a prefeitura. Em casos de uma população que não dispunha de recursos financeiros para amortização do financiamento, os Núcleos incorporavam a mão-de-obra, garantindo também a formação técnica desta em troca de fornecimento de material e outros serviços. Portanto, a população tinha a possibilidade de integrar uma equipe comunitária para produção de insumos, realizadas pelo Setor de Produção e Aquisição de Materiais, que era organizada, treinada e contratada dentro dos Núcleos de Produção.

Efetivamente, na primeira fase do Plano-Piloto, seguindo os já citados Módulos de Serviço, foram caracterizados nove tipos de ações a serem desenvolvidas pelo Núcleo de Produção Comunitário. Estas ações envolviam conservação, restauração e melhorias das habitações, através tanto da substituição de elementos construtivos existentes, em alvenaria, argamassa armada, madeira no caso de telhados e esquadrias, quanto realização de fundações,

muros de arrimo, construção de paredes estruturais e instalações hidrossanitárias e elétricas.

A produção de insumos partiu da produção de blocos de solo-cimento para construção de paredes e muros; os mesmos blocos em viga (denominada "viga hidráulica") para preparação de instalações hidráulicas em áreas molhadas; canaletas e placas de micro concreto para redução de custos de instalação nos sistemas de drenagem; e cortinas e meio-fio de concreto para o sistema viário. Além deste, foram realizados protótipos de tijolos de solo-cimento e anéis de fossa. Estas atividades eram de responsabilidade da Unidade de Produção e Treinamento, que fazia parte do Setor de Produção e Aquisição de Materiais (FIG. 3).

Durante esta pesquisa não foi possível a conclusão ou balanço da efetivação da contribuição técnica e social do Núcleo Comunitário de Produção pela ausência de bibliografia de outros autores e documentos e por desconhecimento da equipe que tenha participado diretamente desta parte do programa. No entanto, é possível constatar, através dos relatórios e memórias de outros técnicos do Projeto-Piloto que, de fato, houve experimentação de técnicas e materiais para insumos de obras, o que contribuiu para o barateamento das reformas e, de certo, influenciou na vida dos trabalhadores que dela participaram.

4.2. ILHA DO MARUIM

A proposta de vitalização (sic) da Ilha do Maruim foi uma ação desenvolvida pela Prefeitura Municipal de Olinda dentro do Projeto-Piloto. Este relato está baseado no documento que constitui a consulta prévia para obtenção de financiamentos para realização de melhorias urbanas e habitacionais na área. Até o final desta pesquisa não havia informações de que o planejamento realizado tenha sido concretizado durante os anos 1980, quando foi estudada a proposta. A área da Ilha do Maruim permanece até hoje com gravíssimas questões sanitárias, habitacionais e falta de infraestrutura. No entanto, o que interessa neste planejamento é a perspectiva de atuação do Plano-Piloto na consolidação de um assentamento significativo do ponto

simbólico, pela sua questão "histórica" e condição sócio espacial, e nas ações e instrumentos propostos para vitalização (sic) da área.

A Ilha do Maruim foi caracterizada pelos técnicos do Plano-Piloto como uma das onze favelas do "núcleo histórico" localizada dentro do Polígono de Preservação Ambiental dos Sítios Históricos de Olinda. O assentamento se configura na parte baixa, permeando a "colina histórica", entre o Canal da Malária, a faixa costeira, uma área remanescente de mangue e a Av. Olinda, que faz ligação com a Região Metropolitana do Recife. Em 1986, contava com uma população de seis mil habitantes e uma densidade de 545 hab/Ha, uma das maiores do município.

A origem da Ilha do Maruim se deu com um "agrupamento de caiçaras que constituíam as moradias de escravos pescadores que serviam aos Conventos de Olinda [...] no século XVIII" (PROJETO DE VITALIZAÇÃO..., 1986, p.10). A localização original deste assentamento remonta ao istmo de areia que separava o Oceano Atlântico e o Canal da Malária, próximo ao bairro de Santa Teresa. Durante 150 anos foi habitada por uma população de pescadores que fazia do manejo dos mananciais e da pesca nos canais e no mar sua subsistência. A localização deste istmo era estratégica, pois se conectava pelo canal, onde hoje há a Av. Olinda, à região do Recife, local de intensa navegação desde o século XVIII.

No entanto, com os avanços do mar e o desaparecimento do istmo, as habitações se estenderam para o território onde atualmente está o assentamento denominado favela Ilha do Maruim. Estas ocupações cresceram desde o princípio do século XX em terrenos da Marinha e de alguns proprietários particulares, de forma precária, por vezes ordenada, principalmente na parte central mais alta onde, em 1954, havia já um loteamento. As áreas alagadiças mais próximas aos canais, onde crescia o número de palafitas, foram sendo ocupadas a partir dos anos 1960 com o inchaço populacional de todo o município. Em 1969, seguindo uma política de "erradicação de mocambos", um pedaço do istmo que ainda sobrara foi incendiado e a população removida, gerando a então favela Vila Esperança. Em meados de 1980, o assentamento da Ilha do Maruim



FIG. 3:

Canaletas e anéis de fossa em processo de cura.

Fonte: NÚCLEOS..., 1985.

se encontrava em situação de extrema precariedade, sem saneamento básico, acometido pelas cheias que invadiam as casas mais próximas aos canais. Nos canais e no mangue, por sua vez, crescia a poluição, acentuada por detritos industriais carregados pelo rio.

Entre 1979 e o começo dos anos 1980, foram realizados dois projetos para área com os quais este planejamento, realizado na perspectiva do Plano-Piloto, dialogou. O primeiro, pelo CURA piloto, sob administração da Secretaria de Planejamento de Olinda, previa a construção de edifícios comerciais e habitacionais, que procuravam a consolidação da questão das cheias nas áreas próximas aos canais sujeitas a alagamentos, com a transformação do mangue em lagoa. Com este projeto, estava prevista a remoção de uma grande parcela da população ali residente. O segundo, também a partir de um programa para assentamentos existentes dentro do Banco Nacional de Habitação, denominado Pro-Morar, previa o aterro do mangue para construção de um conjunto habitacional, para onde a população removida da faixa ribeirinha seria realocada. Este projeto partiu do Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS), que procurava a macrodrenagem da área e foi contestado pela Prefeitura Municipal de Olinda. O projeto não seguiu em frente pois

não resolvia a questão de escoamento das águas na parte central da favela e não garantia a manutenção da área do mangue, considerada de valor ecológico.

É interessante pontuar a perspectiva dos técnicos do Plano-Piloto ao comentarem os projetos arquivados:

O projeto [CURA piloto], além da descaracterização da área enquanto sua vocação natural, desestruturaria a comunidade, que possui uma relação de sobrevivência intrínseca à localização da favela adjacente aos dois centros urbanos. Os edifícios residenciais, além de atenderem uma fração mínima dessa comunidade, eram inviáveis econômica e culturalmente àquela população. [...] [O projeto d o Pro-Morar] além de desencadear um processo de expulsão branca pela impossibilidade dos favelados ribeirinhos arcarem com a mais valia das habitações, destruiria o mangue remanescente, cujo valor ecológico deve ser considerado em qualquer intervenção na área. (PROJETO DE VITALIZAÇÃO..., 1986 p.14).

Neste sentido, já é possível delinear a perspectiva em que se procurava atuar na Ilha do Maruim, seguindo as diretrizes gerais postas pelo Plano-Piloto. Assim como

colocam os técnicos no relatório, a situação de miséria não era a única narrativa daquela população, que tinha uma vida social culturalmente diversa e rica, contando com manifestações culturais expressas pelas festas, como troças carnavalescas, coco de roda e bumba-meu-boi. Portanto, mesmo em uma situação irregular e precária, a localização daquela comunidade ali, intrinsecamente ligada aos recursos naturais pela questão da pesca, e privilegiada por um acesso fácil e rápido ao centro de Recife e Olinda, era argumento essencial para manutenção da população e intervenção cuidadosa no território.

O projeto habitacional e urbanístico que procurava soluções efetivas para as questões da Ilha do Maruim, realizado pela Prefeitura de Olinda, ocorreu mediante um acordo realizado entre a municipalidade e o Departamento Nacional de Obras e Saneamento, ao qual foi solicitado uma nova proposta de macrodrenagem. Nesta nova proposta seria considerada a interferência com a população assentada e o não aterro do mangue, no qual seria construído uma estação de piscicultura. Portanto, no momento de realização do relatório que foi base para esta análise, o planejamento protagonizado pela Prefeitura Municipal de Olinda procurava compatibilizar a garantia de manutenção da população e as melhorias urbanas e habitacionais para Ilha do Maruim em paralelo às intervenções de macrodrenagem a serem executadas pelo DNOS.

Na época do planejamento foi realizada uma pesquisa socioeconômica que permitiu um entendimento sobre o perfil da população da Ilha do Maruim que seria atendido pelo projeto. Segundo esta pesquisa, cerca de 75% da população possuíam renda familiar igual ou inferior à um salário mínimo, sendo 48,7% abaixo deste valor. Dos outros 15%, apenas 6,2% da população possuíam renda mensal maior do que 1,5 salários mínimos. Neste sentido, torna-se essencial o entendimento da importância da inserção econômica desta população, intrinsecamente ligada à localização da favela, que era favorecida pelo alcance ao mercado de trabalho nos centros de Recife e Olinda. Segundo a mesma pesquisa, a atividade econômica da população era majoritariamente de pescadores e empregadas domésticas, além

de uma menor parcela de comerciários, lavadeiras, mecânicos, pedreiros e funcionários públicos.

Como forma de integração desta questão econômica ao planejamento urbano, foram propostas duas estruturas comunitárias para atividades econômicas. A primeira, alinhada ao acordo realizado entre a prefeitura e o DNOS, constituía um centro pesqueiro onde operaria uma cooperativa, como forma de incentivar a pesca como meio legítimo de sobrevivência da comunidade. A segunda era uma lavanderia coletiva, onde poderiam trabalhar as lavadeiras que constituíam, segundo o relatório, um percentual significativo da população empregada. A Estação Modelo de Piscicultura era uma forma de equipar e valorizar a atividade pesqueira, podendo de alguma forma suscitar uma alternativa para a crescente poluição dos rios e dos canais, que prejudicava a perspectiva de subsistência da comunidade.

Apesar de nunca implementado, este planejamento aponta caminhos possíveis para atuação em assentamentos precários e atendimento de populações de baixíssima renda. É um importante exemplo do legado deixado pelo Plano-Piloto para as políticas habitacionais e urbanas, e evidencia a repercussão da ideia de valorização da população e da identidade em outros assentamentos "fora" dos centros consolidados e reconhecidos como de valor patrimonial.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desta pesquisa, buscou-se refletir sobre uma gestão possível do patrimônio cultural, incluindo o planejamento urbano e as questões habitacionais, que leve em conta a população local, suas relações afetivas, econômicas e políticas. É inegável a contribuição da experiência do Plano-Piloto de Olinda, comprovando que a inclusão da população, a partir de uma metodologia integrada nas operações de planejamento, ainda é relevante para pensar formas de gestão e política pública atuais.

Apesar de interrompido prematuramente, a ideia do que poderia vir a ser uma norma de atuação do Iphan e do BNH em núcleos de interesse cultural flerta com a possibilidade de expansão do PRNH na época, contribuindo

para a imaginação de políticas descentralizadas do Estado no que concerne à preservação do patrimônio e às políticas habitacionais e de planejamento urbano. O final do Programa de Recuperação e Revitalização de Núcleos Históricos se deu na efetivação da redemocratização com a extinção do BNH, principal fonte dos recursos financeiros para implementação do programa. A Prefeitura de Olinda sustentou as ações do Projeto-Piloto até 1989 com recursos próprios, mas devido à ausência de verbas federais e respaldo político num momento transitório, encerrou-se o projeto sem atender às demandas de todos os contratos efetuados (GUSMÃO, 2011, p.121).

A concretização do Plano-Piloto de Olinda ocorreu devido à política de descentralização, com a autonomia do município e a desburocratização do sistema pela criação de um conselho interórgão dentro de Olinda, com representantes de todos os órgãos intervenientes. A herança da experiência de Olinda contribui para o entendimento da visão do tecido social e econômico da abordagem urbana, que vai além da questão da preservação material do patrimônio. A inclusão de novas populações e identidades ultrapassa o reconhecimento e registro destas, mas se efetiva pela garantia de reprodução de seus meios de vida e qualificação de seus espaços de moradia e vivência urbana.

No aspecto do uso habitacional do patrimônio, o Plano-Piloto contribuiu para a efetivação de uma política de garantia de habitabilidade com pequenas intervenções, tendo a Prefeitura como gestora de todas as obras. Além disso, a possibilidade de financiamento direto com a prefeitura resultou no atendimento de uma população com um gasto financeiro relativamente baixo, garantido pelas ações de barateamento das obras, contribuição para imóveis privados através de financiamento e a legalização fundiária.

Ainda pouco estudada, a gestão de Olinda não conta com balanços efetivos das suas realizações após seu encerramento. A maior contribuição para estes balanços está nas pesquisas de Gusmão (2011) e Barreto (2008), mas que focam na perspectiva social do projeto. A dimensão material e socioeconômica

necessita de maior aprofundamento, para entendimento real da efetividade na manutenção das populações nos assentamentos atendidos.

NOTAS

1. Houve, em paralelo ao Plano-Piloto de Olinda, um Plano-Piloto na cidade de São Luís (MA), mas que não teve prosseguimento por falta de respaldo técnico da Secretaria de Patrimônio Municipal (GUSMÃO, 2011).
2. Como, por exemplo: o curso ministrado por Adriano de La Regina na FAU-USP, em 1978; e o artigo de Paulo Ormino de Azevedo, na Bahia, e Ulpiano Bezerra de Meneses, em São Paulo, que explicam a experiência de Bolonha, também no mesmo ano.
3. É notável a participação de Paulo Ormino de Azevedo na concepção do plano. Em artigo intitulado "Recuperação do patrimônio habitacional como alternativa complementar ao problema de moradia no Brasil", apresentado durante o simpósio promovido pelo BNH em Salvador, em 1978, Azevedo coloca a viabilização de uma política habitacional voltada ao financiamento de habitações de interesse patrimonial.
4. Olinda não foi a primeira opção para implementação do Piloto. Antes foram considerados o Pelourinho, em Salvador, alguns bairros de Recife, em Pernambuco, e o centro histórico de São Luís, no Maranhão.
5. Experiência habitacional realizada em Recife, na década de 1960, onde foram propostas estruturas pré-moldadas de taipa (SOUZA, 2009).

REFERÊNCIAS

- ALGUMAS notas sobre a questão da participação da população no Projeto-Piloto de Olinda, FCSPHO, PMO, Olinda, 1985.
- AZEVEDO, Paulo Ormino de. PCH: a preservação do patrimônio cultural e natural como política regional e urbana. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v.24, n.1, p.237-256, jan./abr. 2016. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142016000100237&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 4 set. 2018.
- BARRETO, Juliana. **De Montmartre nordestina a mercado persa de luxo**: o Sítio Histórico de Olinda e a participação dos moradores na salvaguarda do patrimônio cultural. 2008. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.
- BOSI, Vera; NETTO, Pedro Braga. FCPSHO. Núcleos Históricos: recuperação e revitalização, a experiência de Olinda. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, SPHAN, Rio de Janeiro, n.21, p.134, 1986.
- CIFELLI, Gabrielli. **Imagem, representação e o uso turístico do patrimônio mundial**. 2015. Tese (Doutorado) — Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.
- CORREA, Sandra Magalhães. O Programa de Cidades Históricas: por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural urbano. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v.24, n.1, p.15-57, jan.-abr. 2016.
- GUSMÃO, Fernanda Maria Buarque de. **Empoderamento e preservação do patrimônio cultural**: o caso do programa de recuperação e revitalização de Núcleos Históricos: Projeto Piloto Olinda/PE, 1981-1989. 2011. Dissertação (Mestrado) — Faculdade Gestão Pública, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

INGLEZ DE SOUZA, Diego Beja. **Reconstruindo Cajueiro Seco**: arquitetura, política social e cultura popular em Pernambuco (1960-64). 2009. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A cidade com bem cultural — áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano. In: MORI, Victor Hugo; SOUZA, Marise Campos de; BASTOS, Rossano Lopes; GALLO, Haroldo (Org.).

Patrimônio: atualizando o debate. São Paulo: Iphan, 2006. p.33-76.

MORI, Victor Hugo; SOUZA, Marise Campos de; BASTOS, Rossano Lopes; GALLO, Haroldo (Org.). **Patrimônio**: atualizando o debate. São Paulo: Iphan, 2006.

NASCIMENTO, Flavia Brito do. **Blocos de memórias**: habitação social, arquitetura moderna e patrimônio cultural. 2011. Tese (Doutorado) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

NORMA, Lacerda; ZANCHETI, Silvio Mendes. **Plano de Gestão da Conservação Urbana**: conceitos e métodos. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada — CECI, 2012.

NOTIFICAÇÃO do SPHAN 1004/68, IPHAN, Brasília, 1968.

NÚCLEOS de Produção e Comercialização Comunitários, FCPSHO, PMO, Olinda, 1985.

OLINDA TRADICIONAL declara guerra ao turismo, Diário de Pernambuco, 14 nov. 1979.

PAINEL de Debates — Participação da População, FCPSHO, PMO, Olinda, 1985.

PEDIDO de extensão do tombamento relatores Conselho Estadual de Cultura e 1º Distrito SPHAN. Processo n 64-T-67 I.P.H.A.N/D.E.T., Recife, 1976.

PLANO PRELIMINAR Resumo, FCPSHO, PMO, Olinda, 1984.

PROJETO DE VITALIZAÇÃO DA ILHA DO MARUIM, FCSPHO, PMO, Olinda, 1986.

PROPOSTA de Execução da 1ª Fase do Plano-Piloto, FCPSHO, PMO, Olinda, 1985.

RISÉRIO, Antonio. **A cidade no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2013.

RODRIGUES, Marly; TOURINHO, Andréa. Patrimônio Ambiental Urbano, uma retomada. **Revista CPC**, São Paulo, n.22, p.70-91, jul./dez. 2016.

SANT'ANNA, Márcia Genésia de. **Da cidade-monumento à cidade-documento**: a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil 1938-1990. 1995. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995.

_____. **A cidade-atração**: A norma de preservação de centros urbanos dos anos 90. 2004. Tese (Doutorado) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

SOBRE A AUTORA

Aluna de graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo da Escola da Cidade.

beaperracini@gmail.com